



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 45/XI/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de Maio de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação do relatório das audições sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal;
 - Relatora: Deputada Rita Rato (PCP);
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado - 2008;
 - Relatora: Deputada Celeste Amaro (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 208/XI/1.ª (PS) - "Dispõe sobre a denominação de bens públicos e outros, proibindo a sua atribuição a pessoa viva"
 - Relatora: Deputada Cecília Meireles (CDS-PP);
4. Apreciação e votação de Acta;
5. Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Serrano (PS), que, salientando as semelhanças entre a estrutura do relatório das audições sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal e a descrita no artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República para os pareceres relativos às iniciativas legislativas, chamando a atenção para o facto de o mesmo artigo apenas sujeitar a deliberação da Comissão as partes I e III (considerandos e conclusões, respectivamente), e que o Regimento nada diz sobre relatórios elaborados na sequência de audições, perguntou, do ponto de vista metodológico, quais os capítulos do relatório que seriam sujeitos a votação.

O Senhor Presidente, lembrando que a estrutura do relatório correspondia a uma escolha da Senhora Deputada relatora, esclareceu que o documento deveria ser votado no seu todo, excluindo a parte relativa à opinião da relatora. Neste sentido, todos os capítulos do relatório – menos o relativo à parte opinativa – podem ser

objecto de propostas de alteração e serão sujeitos à deliberação soberana da Comissão.

Sobre este ponto, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) afirmou que a leitura do Regimento só permite uma interpretação idêntica à do Senhor Presidente.

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que, na qualidade de relatora, apresentou o relatório das audições sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal.

A propósito deste relatório, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) lembrou que todos os grupos parlamentares, incluindo o seu, assumiram o compromisso de concluir os trabalhos relativos a este domínio na primeira quinzena de Maio.

Todavia, considerando que a Deputada relatora decidiu melhorar o relatório e as suas conclusões – o que saudou – e que só tomara conhecimento destas alterações já tarde, na véspera, o Senhor Deputado afirmou que gostaria de aprofundar a análise do documento, razão pela qual propôs que nesta reunião se debatesse o relatório e as propostas de alteração entretanto apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do CDS-PP, estabelecendo-se novo prazo para apresentação de mais propostas de alteração (que terminaria no final de quinta-feira) e sendo distribuída na sexta-feira uma nova versão do relatório, acolhendo ou não algumas dessas propostas. A votação, propôs o Senhor Deputado, far-se-ia posteriormente, na próxima semana.

No final, e em síntese, salientando que a metodologia agora proposta permitiria à relatora avaliar a validade de algumas das propostas entretanto apresentadas e dos argumentos hoje aduzidos, o Senhor Deputado não quis deixar de agradecer o trabalho realizado pela relatora na elaboração do documento em análise, que relatou de forma séria o que se passou na Comissão.

O Senhor Presidente considerou que esta questão metodológica agora suscitada teria de ser decidida antes de se poder passar à apreciação do relatório e das propostas de alteração apresentadas.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) afirmou que o seu Grupo Parlamentar estava preparado para discutir nesta reunião toda esta matéria, razão pela qual se

esforçou para cumprir o prazo estabelecido e apresentou, em tempo, propostas de alteração ao relatório, ao contrário do que fez o Grupo Parlamentar do PSD.

Por outro lado, sendo certo que a relatora introduziu alterações em resultado da apresentação das propostas do PS e do CDS-PP, estas foram de pormenor e, por isso, não impediriam a discussão do relatório nesta reunião.

Finalmente, a ser aceite a metodologia proposta pelo PSD, considera que as propostas devem ser todas discutidas e votadas na mesma reunião, não havendo vantagem em discutir hoje as propostas já apresentadas e na próxima semana as que, entretanto, forem elaboradas. Desta forma, afirmou o Senhor Deputado, criar-se-ia um período de discussão apenas para as propostas do PSD, que ainda não foram apresentadas.

O Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) afirmou que não pretende um novo período para apresentar as suas propostas. Lembrou que a relatora alterou o documento de forma não irrelevante – pois não considera pouco relevante um relatório da Assembleia da República dizer claramente que um órgão de comunicação social violou a lei – e que, depois dessas alterações, as conclusões do relatório poderiam ser melhoradas com um ou outro acrescento, para o qual os Deputados careceriam de nova marcação de prazo.

Todavia, declarou, se o PS não concorda com esta proposta, o PSD está preparado para efectuar hoje a discussão e votação do relatório.

A este respeito, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que o seu Grupo Parlamentar não se opõe à metodologia agora proposta, mas está preparado para proceder desde já à discussão e votação.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) afirmou que o seu Grupo Parlamentar não apresentara propostas em virtude de um problema logístico de que o Senhor Presidente já dera conta no início da reunião.

Esclareceu, todavia, que a actual versão do relatório não é uma surpresa para os Deputados da Comissão, visto que a Deputada relatora já estabelecera contactos informais com os Grupos Parlamentares, informando-os de que decidira acolher algumas das propostas já apresentadas.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) lembrou, então, que a actual versão do relatório resultou, de facto, de contactos prévios que estabeleceu com todos os

Grupos Parlamentares, procurando saber se já tinham lido o documento e procurando aquilatar da possibilidade de alterar um ou outro ponto, o que, colhida a concordância dos Grupos, acabou por acontecer.

Em relação à metodologia proposta, afirmou que não se opõe ao adiamento, mas está desde já em condições de discutir as propostas já apresentadas.

O Senhor Presidente considerou que a Comissão deveria pronunciar-se de forma clara sobre qual das duas opções metodológicas em discussão é preferível: discutir e votar, nesta reunião, o relatório e as propostas apresentados, ou, como sugeriu o PSD, fixar novo prazo para apresentação de propostas e proceder à sua discussão e votação em reunião a marcar na próxima semana.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) afirmou que, tendo o PSD manifestado a intenção de melhorar o relatório através de propostas que ainda irá apresentar, o Grupo Parlamentar do PS não se opõe a este adiamento, desde que a discussão e votação do relatório e de todas as propostas sejam feitas na mesma reunião.

O Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), lembrando que o Grupo Parlamentar do PSD já deu, neste domínio, um grande contributo, propondo que se realizassem as audições que originaram o relatório hoje em discussão, concordou, então, com a metodologia já proposta, estabelecendo-se uma data limite para apresentação de novas propostas e outra para a distribuição do relatório, eventualmente alterado pela aceitação por parte da Deputada relatora de algumas destas propostas. Finalmente, e como já tinha sugerido, a discussão e votação destes documentos (relatório e propostas) seriam agendadas para a próxima semana.

Com a concordância de todos os Senhores Deputados presentes, o Senhor Presidente fixou, então, a metodologia descrita, informando a Comissão que agendaria a reunião para discussão e votação do relatório e das propostas apresentadas para terça-feira ou quarta-feira, dependendo dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar relativa a "relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, a actuação do Governo na compra da TVI", de forma a garantir que todos os Deputados estarão presentes nesta importante votação.

Passando ao segundo ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Celeste Amaro (PSD), apresentou o parecer sobre a Conta Geral do Estado – 2008, que foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao terceiro ponto, a Comissão decidiu, por proposta do Senhor Presidente que obteve a concordância expressa da Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), relatora da iniciativa, solicitar à Associação Nacional dos Municípios Portugueses contributo escrito sobre o Projecto de Lei n.º 208/XI/1.ª (PS) – *“Dispõe sobre a denominação de bens públicos e outros, proibindo a sua atribuição a pessoa viva”*, agendando a votação do respectivo parecer para data posterior à recepção do documento solicitado.

Finalmente, depois de aprovada por unanimidade a Acta n.º 44/XI/1.ª SL, relativa à reunião de 5 de Maio, foi submetida à apreciação a informação relativa ao Projecto de Resolução n.º 110/XI/1.ª (BE) – *“Recomenda ao Governo a suspensão de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, até à elaboração de um plano estratégico para a reconfiguração do seu conjunto.”*

Depois de inseridas pequenas alterações a este documento pelos Senhores Deputados Catarina Martins (BE), João Serrano (PS) e Maria da Conceição Pereira (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade e a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) informou a Comissão de que o seu Grupo Parlamentar iria apresentar um projecto de resolução sobre a mesma matéria, solicitando, por isso, que o envio para Plenário das iniciativas se fizesse em conjunto.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 Maio 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Marcos Sá
Maria Conceição Pereira
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Rodrigues
Manuel Seabra
Miguel Laranjeiro
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: